

A SOCIOECONOMIA RIO-SULENSE NO CREPÚSCULO DO SÉCULO XX: ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA LOCAL*

Felipe Anderson França
Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: franca.felipe@outlook.com

Hoyêdo Nunes Lins
Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e docente dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

Área Temática 4: História Econômica e Social

Resumo: Este estudo analisa aspectos da trajetória socioeconômica do município de Rio do Sul (SC) nas décadas de 1980 e 1990. Abordam-se os reflexos, nesse município, da estagnação econômica e da reestruturação produtiva testemunhadas em escala nacional. Na esfera propriamente municipal, analisam-se informações disponibilizadas pelas principais empresas e também dados de emprego industrial, ao que se acrescentam observações sobre o impacto de um desastre ambiental que atingiu o município no início dos anos 1980. Pode-se perceber que, em Rio do Sul, as atividades dos complexos eletrometalmecânico, têxtil e vestuarista e alimentar atravessaram com êxito o período considerado, tendo em vista, antes de tudo, o aumento dos contingentes empregados. Já o setor elétrico e de comunicação foi duramente afetado pela abertura comercial promovida no país na década de 1990, ocasionando queda no emprego e inclusive a concordata, no ano de 1995, da principal empresa do município envolvida nas respectivas atividades. Essa empresa conseguiu retomar o seu posicionamento no mercado, mas ainda assim precisa, como outras empresas locais em distintos setores, um maior apoio do setor público. Esse aspecto é considerado no artigo como uma necessidade para a impulsão do desenvolvimento socioeconômico em Rio do Sul e, por extensão, no Alto Vale do Itajaí.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Rio do Sul; emprego industrial.

1. Introdução

A reestruturação produtiva experimentada pelo Brasil na década de 1990 configurou um dos mais complexos e abrangentes processos registrados pela economia do país no passado recente. Seus impactos e consequências incidiram – representando alguma tendência de transformação – no funcionamento de cada uma das engrenagens e segmentos que compõem essa economia.

* Versão adaptada de parte de monografia a ser defendida em junho de 2014 no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, escrita e orientada – respectivamente – pelos autores deste artigo.

Integrante da estrutura socioeconômica e política brasileira, inserido na rede federativa nacional, o município de Rio do Sul viu as suas estruturas serem bastante afetadas durante o referido processo. Naquele período, essa socioeconomia apresentava-se como uma pequena engrenagem da totalidade nacional que perdera o seu elemento polarizador das décadas de 1920 a 1960, o setor madeireiro. Por conta disso, escorava a sua reprodução econômica e social em atividades de outros setores. Mais ainda, além da perda de dinamismo imposta pela década perdida (anos 1980), havia sofrido duramente com catástrofes naturais.

Para Rio do Sul, o ocaso do século XX – anos 1980 e 1990 – representou um divisor de trajetória com importância histórica. Abordar os processos enfiados nessa condição, sobretudo no tocante à reestruturação produtiva, é o objetivo central deste estudo. A iniciativa é motivada pela intenção de contribuir para a apreensão da realidade local e, talvez, para nutrir o planejamento do seu desenvolvimento. O esforço se justifica. Embora represente um pequeno segmento em escala brasileira, sua relevância para Santa Catarina não é pequena, sendo que na microrregião do Alto Vale do Itajaí o município de Rio do Sul exibe presença fundamental para mais de 250 mil catarinenses, distribuídos nessa região.

O estudo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção focaliza-se a reestruturação produtiva do Brasil no período estudado; a terceira seção volta-se para a crise socioeconômica que se abateu sobre Rio do Sul no início da década de 1980; em seguida realiza-se um debate sobre os impactos da reestruturação em cada um dos mais importantes setores produtivos rio-sulenses; a quinta seção apresenta as considerações finais.

2. Explorando o contexto: uma breve visão geral sobre a reestruturação produtiva brasileira e seus reflexos em Santa Catarina

Com o enraizamento da ideologia neoliberal na agenda do governo brasileiro, principalmente desde a gestão Collor, a palavra de ordem no país em termos econômicos tomou a forma de “preparação” da economia para a concorrência internacional. Essa orientação se traduziu, sobretudo, na queda das barreiras protecionistas – erguidas historicamente em benefício do crescimento industrial brasileiro –, na privatização de empresas estatais – incluindo aquelas em setores estratégicos –, na desregulamentação dos movimentos de capitais – abrangendo os de caráter especulativo – e na flexibilização das relações de trabalho. Entre os objetivos destacava-se o controle da inflação, concomitante ao

“engate” da economia brasileira em novos termos ao comércio internacional. A expectativa era que o conjunto de medidas promovesse o crescimento econômico.

No nível empresarial, sobretudo no período 1989-1994, a reestruturação das empresas também perseguia, além da realocação do capital fixo, a adoção de novas práticas gerenciais que vinham a reboque, por exemplo, do sistema *just-in-time* (CASTRO, 2001). As principais debilidades das empresas brasileiras residiam, sobretudo, nos procedimentos gerenciais, para além das lacunas em termos de aquisição de novas máquinas e de equipamentos modernos. De todo modo, o investimento da indústria em capital fixo contribuiu enormemente para o *catch-up* produtivo. Os preços convidativos dos bens de capital importados, tendo em vista o câmbio sobrevalorizado e também as facilidades de pagamento oferecidas pelos fornecedores, “[...] atraíam as empresas a tentar autênticos saltos de desempenho” (CASTRO, 2001, p. 14). Souza (2008) procura mostrar que tal movimento não constituiu, todavia, uma tarefa simples e acessível a quaisquer empresas¹.

Como a redução dos custos operacionais também era uma providência necessária ao *catch-up* produtivo, o território brasileiro vivenciou considerável deslocamento espacial de fábricas. A busca de menores custos de produção, sobretudo com respeito à mão de obra, presidiu grande parte dessas operações, mas também a questão tributária teve influência. A transferência de unidades fabris do sul-sudeste para o nordeste, uma característica do período em distintas atividades produtivas, admite explicação nesses termos. Em Santa Catarina, empresas do complexo têxtil e vestuarista, bem como da agroindústria, concretizaram processos de expansão produtiva nas regiões nordeste e centro-oeste, respectivamente.

Castro (2001) assinala que indústrias do ramo tradicional – têxteis, confecções, calçados – demoraram em assimilar as necessidades impostas pela reestruturação produtiva. Uma vez atingidos pelo assombroso volume de importações asiáticas, desvencilhadas das barreiras protecionistas, esses setores percebiam a crise como algo iminente. Muitas empresas fecharam ou foram absorvidas, sobretudo entre as de menor porte, que careciam dos recursos de capital necessários ao enfrentamento dos desafios da reestruturação e apresentam insuficiências na escala produtiva. Em contrapartida, as que sobreviveram – geralmente empresas médias e principalmente grandes – consolidaram suas posições de mercado, em boa medida devido à

¹ O câmbio valorizado – que tendia a impulsionar as importações de bens de capital e, assim, aumentar a produtividade da indústria brasileira – combinava-se a uma política de elevação de juros e de arrocho salarial, assim como de abertura econômica. Dessa maneira, as empresas deparavam-se com uma forte necessidade de modernização, dada a concorrência externa, mas sofriam estrangulamento pelos juros altos e pelo achatamento do mercado interno. Sem condições de competição em pé de igualdade com o capital externo, e com o mercado interno sem perspectivas de dinamização, é no mínimo discutível, no que tange às empresas menores, a efetividade do câmbio valorizado para as importações de bens de capital como vantagem para esse estrato empresarial.

intensa compra de máquinas e equipamentos no exterior, fonte de atualização tecnológica, e ao deslocamento de fábricas (ou ao aumento de capacidade produtiva em regiões distintas da localização tradicional) para áreas de menores custos. Em Santa Catarina, Hering, Teka e Artex podem ser apontadas como ilustrações desse processo.

Em que pese a adoção do receituário do Consenso de Washington, o desempenho industrial brasileiro permitia falar em reação ao quadro de adversidades representado pelas pressões por reestruturação, uma vez que a indústria atingia um crescimento de 7,5% entre junho de 1996 e junho de 1997 (CASTRO, 2001). A instabilidade econômica internacional, por sua vez, ia de encontro à recuperação da indústria brasileira². Ainda assim, uma vez estabilizada e revitalizada, a economia do país vivenciava dificuldades no setor exportador devido ao câmbio sobrevalorizado, que encarecia os produtos nacionais no exterior. Tal situação perdurou até janeiro de 1999, quando uma maxidesvalorização da moeda brasileira sepultou a política de câmbio introduzida com o Plano Real.

Apesar das dificuldades macroeconômicas, vinculadas tanto aos processos em curso no ambiente internacional quanto aos movimentos internos (como o traslado de empresas sulinas para outras regiões brasileiras), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul viram tomar forma um novo “instrumento” aparentemente apto a estimular o crescimento industrial da região: o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Mesmo que os territórios nacionais dos países membros estejam integralmente enredados nos movimentos do acordo comercial, o centro de gravidade do bloco é uma espécie de polígono interligando as cidades de São Paulo, Assunção, Buenos Aires e Montevidéu (desconsiderando-se aqui o que possa vir a significar a recente adesão da Venezuela). É nessa área que o bloco consegue – sem entrar em considerações sobre as diferenças de intensidade – dinamizar a economia dos países membros.

Cabe assinalar que a região Sul do Brasil localiza-se inteiramente nessa área. Não por acaso, a partir da criação do bloco, em 1991, a grande Curitiba trilhou caminho ao longo do qual acabou se transformando em importante polo automotivo, mesmo que incentivos fiscais tenham entrado em cena. A faixa litorânea da região Sul do Brasil certamente beneficiou-se, no que concerne ao crescimento econômico, da criação do MERCOSUL. Em Santa Catarina, isso significa uma franja comprimida entre a Serra Geral e o Oceano Atlântico. É lógico

² Durante seus dois mandatos na presidência, Fernando Henrique Cardoso (FHC) enfrentou uma série de turbulências na economia internacional. Crise asiática, argentina e mexicana são três diferentes exemplos de adversidades do cenário econômico internacional. A despeito dos acordos com o Fundo Monetário Internacional – FMI, dos apertos monetários e do arrocho salarial, o Brasil escapou de se tornar um exemplo da crise econômica internacional. Ironicamente, em sua despedida do Senado Federal, antes de assumir a presidência em 1994, FHC declarou que a economia mexicana era um exemplo a ser seguido.

considerar que a localização da futura fábrica da BMW, em Araquari, guarda relação com o quadro descrito.

Em Santa Catarina, a reestruturação produtiva que afetou a indústria brasileira nos anos 1990 repercutiu sobremaneira junto aos complexos alimentar, têxtil e vestuarista e eletrometalmecânico, atividades que em 1997 respondiam por 62% dos empregos da indústria de transformação catarinense (LINS, 2003). O primeiro setor já vinha se preparando para a concorrência internacional desde a década de 1980, mas tal processo foi bastante acentuado no marco da reestruturação. A indústria têxtil e do vestuário, de sua parte, só experimentou uma efetiva reestruturação produtiva sob o ambiente concorrencial estabelecido nos anos 1990. Já o complexo eletrometalmecânico enfrentou com menos pressões, segundo parece, os efeitos adversos da reestruturação. Sua participação na cadeia produtiva nacional de automóveis – comandada desde o complexo do ABCD³ paulista – teria favorecido o desempenho exibido.

Os reflexos não foram percebidos somente no nordeste catarinense, mas também no Vale do Itajaí. As possibilidades do complexo eletrometalmecânico, sobretudo na fabricação de autopeças, figuravam entre as melhores no seio da estrutura industrial catarinense. Não por acaso, tão logo as perspectivas do setor sinalizaram ainda mais favoravelmente, *joint ventures* e compras de empresas catarinenses por capitais externos passaram a marcar o cenário. A instalação, em 2003, de uma planta produtiva do grupo ArcelorMittal-Vega praticamente inaugurou uma série de investimentos estrangeiros no estado, sugerindo que sua economia, pelo menos em relação a esse complexo, mostrava-se atraente para o capital industrial após a reestruturação produtiva brasileira.

Tudo isso só faz reiterar o entendimento de que a economia do estado encontrava-se, como sempre esteve, plenamente integrada às dinâmicas mais amplas, no nível tanto nacional quanto internacional. Investimentos volumosos, seja de conglomerados transnacionais, seja de grandes empresas brasileiras, cumprem importante papel nos processos testemunhados no plano estadual. Movimentos abrangentes, determinados em escalas que transcendem em muito os limites territoriais catarinenses, condicionam boa parte do que ocorre em suas meso e microrregiões. É plena de sentido, assim, a sugestão de cautela com respeito à crença num hipotético “Modelo Catarinense de Desenvolvimento”, que Hering (1987), entre outros, sugeriu existir.

³ Expressão que se refere à conurbação urbana entre as sedes municipais de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema, no estado de São Paulo, onde é muito forte a presença da indústria automotiva.

Localizado no Alto Vale do Itajaí (Figura 1), Rio do Sul não ficou à margem dos processos aludidos nos parágrafos anteriores. O município contabilizava pouco mais de 61 mil habitantes no último censo do IBGE, 93% dos quais instalados na sua sede e configurando a população urbana municipal, um quadro que reflete dinâmica demográfica cujas últimas quatro décadas encontram-se registradas na tabela 1. Os principais setores de atividades rio-sulenses foram inegavelmente afetados pelos processos em curso na escala da economia brasileira no crepúsculo do século XX.

Figura 1 – Localização de Rio do Sul



Fonte: Wikimedia

Tabela 1 – Evolução populacional de Rio do Sul: população urbana e rural nas datas dos censos demográficos (1970-2010)

Ano	População Rural		População Urbana		População Total		% da pop. total de Rio do Sul s/ pop. de SC
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
1970	6.064	22	21.474	78	27.538	100	0,95
1980	2.894	8	33.353	92	36.247	100	1,00
1991	2.913	6	42.766	94	45.679	100	1,01
2000	3.232	6	48.418	94	51.650	100	0,96
2010	4.413	7	56.785	93	61.198	100	0,98

Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

3. Crise socioeconômica em Rio do Sul: a década de 1980

A década de 1980 representa período de grande importância na história econômica e social de Rio do Sul. Constitui, de fato, um divisor histórico. Até o final dos anos 1960, o município havia crescido com base na extração de madeira. Essa atividade possibilitou a Rio do Sul efetivar-se como polo regional, o que envolveu diversos investimentos em atividades do setor terciário, materializados sobretudo ao final da década de 1960 e durante a década seguinte.

De alguma maneira, essas inversões permitiram que fosse amortecido o impacto da exaustão dos recursos naturais da região, os florestais em primeiro lugar, praticamente exauridos por conta da voraz extração sofrida nas décadas anteriores. Tendo em vista os investimentos públicos dos anos 1970, oriundos das esferas nacional, estadual e municipal (sobressaindo os primeiros), a crise não foi, de fato, sentida naquela década.

Entretanto, a passagem para os anos 1980 foi marcada pelo esgotamento do tipo de política econômica executada em boa parte do período de governos militares. A pujança econômica nacional, beneficiada em quase duas décadas por conjunturas mais ou menos favoráveis, passava a enfrentar obstáculos de diferentes ordens, entre eles, com destaque, os vinculados ao garrote do endividamento externo. Nessa toada, instalava-se também a atmosfera de crise. Sem que isso surpreenda, os reflexos em Rio do Sul, como de resto num sem número de municípios da federação brasileira, foram bastante fortes.

Contribuiu para isso o fato de que a base do crescimento econômico do município, historicamente falando – o setor madeireiro –, havia praticamente desaparecido. Como agravante, os elementos que contrabalançaram, postergando, a crise econômica local durante a década de 1970 também haviam deixado de existir. Para piorar, a cidade estava prestes a amargar dramáticos desastres naturais, os quais, além de provocar o fechamento de diferentes empresas, incluindo estabelecimentos comerciais, e também alguma emigração, marcariam inclusive o modo de pensar e de ocupar o espaço urbano rio-sulense.

Na órbita federal, a conjuntura de crise da década de 1980 representou o fim, o adiamento ou a atrofia de numerosos planos, programas e medidas, por carências orçamentárias. Não é difícil imaginar que, nesse contexto, a agricultura e a pecuária de Rio do Sul tenham se deparado com imensos desafios. Esse foi o caso, sobretudo, junto aos produtores ligados à produção de fécula, entre outros gêneros com baixa produtividade e

escassez de capital, que enfrentaram dificuldades diante da concorrência presente no mercado brasileiro⁴.

De qualquer maneira, pelo menos até 1982 não se pode dizer que a ideia de crise estivesse enraizada no cotidiano rio-sulense. É que cabe conjecturar com base em trajetória demográfica que se reflete na evolução do número de eleitores. Em Rio do Sul este número atingia em 1982 a soma de 23.104, contra 19.145 em 1978 (SAUL, 2000): em quatro anos, o crescimento da população eleitoral foi de nada menos que 20,7%.

Contudo, é difícil refutar a ideia segundo a qual o declínio pronunciado do setor madeireiro impôs numerosos desafios para a economia de Rio do Sul. Representando historicamente, como já sublinhado, a principal atividade da estrutura produtiva local e regional – podendo-se supor ter sido uma verdadeira “indústria motriz” na economia rio-sulense, no sentido de Perroux (1967) –, sua *débâcle* há de ter reverberado intensamente, afetando de maneira profunda a economia e a sociedade em nível local e regional.

Mas, de certo modo, a própria atividade madeireira preparou a cidade para as mudanças que viriam. Essa afirmação baseia-se em duas constatações: a) a extração madeireira fez surgir no Alto Vale do Itajaí uma importante concentração urbana, Rio do Sul, que serviu de suporte à instalação de outras atividades industriais; b) a economia madeireira provocou o surgimento, em Rio do Sul, de atividades econômicas pertencentes a diferentes setores, ainda que inicialmente voltadas ao atendimento do setor de madeira.

Em outras palavras, tendo em vista os investimentos que a dinâmica do setor madeireiro imprimiu na área, a construção civil e as melhorias na infraestrutura urbana foram encorajadas, daí erigindo-se, na área onde se forma o Rio Itajaí-Açu, um importante centro urbano, guindado à condição de polo regional. A existência dessa concentração urbana revelou-se uma condição fundamental para que as empresas dos complexos eletrometalmecânico, têxtil e vestuarista e alimentar pudessem crescer. O setor madeireiro representou, assim, pela estrutura urbana que engendrou, e pelo tecido industrial diversificado que daí resultou, a formação de considerável capacidade empresarial, apta a abrir caminho a um novo período para a localidade e sua região.

Diga-se que quando do término da grande era da madeira na região do Alto Vale, em que Rio do Sul era a capital, houve um baque, um baque muito grande no seu aspecto empresarial e o seu ressurgimento, a ressurreição dessa força econômica dependia de pessoas preparadas no aspecto gerencial. (EGER, 1986, apud ZANELLA, 2006, p. 27).

⁴ De qualquer modo, dados os rejeitos tóxicos produzidos pela indústria da fécula, com os decorrentes impactos ambientais, a atividade foi seriamente restringida, acarretando – praticamente – o fim das atividades deste setor na economia rio-sulense.

Para falar dessa concentração urbana, é importante considerar – ainda que brevemente – a forma como o espaço da cidade foi ocupado até meados da década de 1980. Não se trata de questão secundária, pois o padrão ocupacional desse espaço teria graves consequências para Rio do Sul.

3.1 As enchentes de 1983

Por estar instalado às margens dos rios Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí Açu, o núcleo urbano de Rio do Sul, que é também o núcleo urbano principal do Alto Vale do Itajaí, sempre se apresentou em condição vulnerável perante as oscilações pluviométricas que atingem a região. Tais oscilações afetam, logicamente, o nível desses rios, o que torna as cheias e os alagamentos nas áreas comerciais, residenciais e industriais de Rio do Sul um problema sempre presente, ao menos como potencialidade. Isso é válido também para o restante do Vale do Itajaí, onde as chuvas não raramente alteram o nível do rio que une os municípios dessa região.

Desse modo, em diferentes momentos da década de 1970 foram observados investimentos públicos, de origem federal e estadual, objetivando maior segurança para a população do Vale como um todo. Era esse, por exemplo, o grande objetivo do Programa de Proteção do Vale do Itajaí, criado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento em 1957. No Alto Vale, os investimentos desse programa só se concretizaram, entretanto, na década de 1970, quando duas barragens foram construídas, conforme indica a tabela 2.

Tabela 2 – Barragens dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste

Barragem (município)	Início das operações	Altura	Capacidade (em m³)
Rio Itajaí do Oeste (Taió)	1973	21 metros	83 milhões
Rio Itajaí do Sul (Ituporanga)	1976	43,5 metros	93,5 milhões

Fonte: Elaboração própria com base em informações em Rio do Oeste (2013)

Embora se trate de obras executadas para amenizar os riscos de enchentes e alagamentos, por representarem controle dos níveis dos rios durante períodos de grandes quantidades de chuvas, o fato é que barragem alguma representa, necessariamente, solução para a questão das cheias, como se pode constatar em Rio do Sul. Todavia, não era essa a posição defendida pelos políticos da época, como analisou Poleza (2003). Essa autora chamou a atenção para o fato de que “O meio urbano ignorava os rios que passavam inexpressivamente por dentro da cidade em leitos cada vez mais reduzidos, carregando lixos

domésticos e industriais, em muitas vezes incomodando, mas só àqueles que moravam em áreas baixas” (POLEZA, 2003, p. 70). Enquanto a área urbana do município crescia fazendo vistas grossas para os rios que a cortam, os efeitos devastadores de uma possível cheia na região eram potencializados.

No ano de 1983, índices elevadíssimos de precipitação atingiram Santa Catarina, sem poupar a região do Alto Vale. Em maio daquele ano, choveu em todo o estado 100 milímetros a mais do que a média correspondente ao mês (PUCHALSKI, 2013). Em junho do mesmo ano, a quantidade de chuva acima da média se repetiu, e em julho, mês da primeira enchente de Rio do Sul, choveu mais de 600 milímetros (Op. cit.), sendo o nível normal para aquele mês entre 110 e 130 milímetros: portanto, choveu praticamente seis vezes mais que o previsto⁵. Assim, o rio Itajaí-Açu atingia o maior nível histórico, afetando a totalidade dos habitantes do município. O resultado foi catastrófico.

Confiante na ação protetora das barragens Sul e Oeste, [...] a população rio-sulense foi apanhada de surpresa, haja vista que, se nas enchentes anteriores somente as zonas ribeirinhas eram atingidas, desta feita todo o centro da cidade ficou submerso, para perplexidade e desespero da população [...] (RELATÓRIO DAS ENCHENTES DE 1983, apud POLEZA, 2003, p. 74).

As águas vertiam em grande volume sobre as barragens, com o risco de colapso das estruturas. Não há dúvida de que essa possibilidade aterrorizava a população, e o clima instalado era nada menos que de calamidade pública. As ruas centrais da cidade ficaram submersas, ao mesmo tempo em que nas partes altas o sistema viário não apresentava articulação suficiente para permitir a mobilidade necessária quer à população, quer às equipes de resgate. Assim, grande parcela dos rio-sulenses viu-se sem teto e sem alimento naqueles dias. De outra parte, praticamente todas as empresas industriais da cidade foram atingidas, paralelamente ao inaudito dano para a população, em termos tanto materiais quanto psicológicos.

Com efeito, dados apresentados por Poleza (2003, p. 75) indicam que “[...] o número de flagelados chegou a 25.000 habitantes [...]” em Rio do Sul. Assinale-se não ser possível associar o alcance dos efeitos ao nível de renda da população, já que tanto contingentes habitando em áreas periféricas como moradores em localizações mais ricas viram suas casas ficarem sob as águas. “As inundações expressivas, duradouras e sucessivas romperam com situações ligadas ao ritmo de atividades, já abaladas pela recessão da economia [...] em função

⁵ As análises sobre esse volume de chuva podem apontar causas divergentes, mas é necessário considerar que naquele ano ocorreu o fenômeno El Niño.

do fim do ciclo da madeira” (POLEZA, 2003, p. 77)⁶. Tomasini e Hoerhann (2000, p. 169) oferecem informações sobre o setor empresarial: “[...] das 125 [empresas] existentes, 120 foram atingidas pela catástrofe, 70% da área urbana foi afetada e a agricultura foi completamente destruída”.

A despeito da gravidade da situação a que foi exposta a população rio-sulense, a cheia acabou contribuindo decisivamente para transformar o ambiente urbano de Rio do Sul. Pode-se mesmo dizer que o modo de pensar da população sobre a inserção no espaço da cidade mudou consideravelmente. Até então, a regra era que o município vivenciava o crescimento de sua área urbana de uma maneira que perpetuava um desordenado e espontâneo processo de ocupação. O movimento de mudança foi percebido tão logo as águas baixaram e teve início a reconstrução da cidade, em ações que inicialmente revelaram a preocupação fundamental da prefeitura com medidas pontuais, envolvendo desde a melhoria de estradas até a recuperação de pontes.

Analizando as mudanças no padrão de ocupação urbana em Rio do Sul, Poleza (2003) mostrou que os preços dos lotes passaram a ser definidos pelo grau de alcance das águas. A população procurou se deslocar em direção aos morros, tendo os residentes com maior poder aquisitivo, antes moradores da área central, comprado terrenos e construído nas áreas elevadas. O residente tradicional do morro, de sua parte, passou a ter acesso aos terrenos mais centrais, sujeitos a alagamentos, tendo em vista a desvalorização sofrida. Todavia, a tendência dominante era a instalação também da população de baixa renda em localizações cada vez mais altas, porém situadas na periferia da área urbana. Assim, “Moradores de diferentes classes sociais passaram a conviver nos mesmos bairros, apontando vantagens como a não segmentação de bairros e desvantagens como corte nas relações de vizinhança. A cidade deu uma resposta própria à forma de enfrentar o problema” (POLEZA, 2003, p. 99).

Outrossim, em contexto de ausência de um plano diretor, passou a ocorrer a instalação de atividades industriais em bairros predominantemente residenciais, e de moradias em áreas tradicionalmente ocupadas pelas primeiras. A BR 470, cujo traçado corta Rio do Sul em áreas altas e, portanto, não suscetíveis a cheias, tornou-se o grande refúgio do setor industrial. Não por acaso, a paisagem atual com que se deparam os usuários da rodovia, no perímetro urbano rio-sulense, ostenta uma série de micro, pequenas e médias empresas de diferentes setores industriais. Em consequência, o fluxo de veículos aumentou consideravelmente nessa rodovia,

⁶ É crucial perceber que a autora trata as inundações no plural, pois foram duas grandes em 1983 e uma terceira em 1984, afetando sobremaneira a economia do município. O presente estudo trata somente das enchentes de 1983, pois foram essas que, de fato, representaram um divisor de águas na história do município. Essa visão é compartilhada por Poleza (2003) no que se refere ao problema da ocupação urbana.

ao mesmo tempo em que a velocidade média caiu de modo inversamente proporcional. Esse quadro nutre questionamentos sobre os investimentos do governo federal nessa rodovia: o que mudou, de fato, desde a década de 1980? Segundo as evidências, foram alterados apenas os trevos de acesso à cidade⁷.

Um processo de verticalização, sobretudo nas áreas centrais – inundáveis –, passou a marcar presença. Como não havia legislação que dispusesse sobre o uso do solo, as edificações eram projetadas e realizadas segundo procedimentos que gerassem mais lucro aos construtores, sem os devidos controles sobre gabaritos e afastamentos necessários. Entretanto, tal processo revelava-se crucial para promover a reutilização dos espaços onde a população já não queria mais habitar. Com efeito, “A verticalização transformou-se numa opção segura para a otimização das áreas já atendidas com infraestrutura que sofriam processos de desvalorização por serem alagáveis” (POLEZA, 2003, p. 93). Observe-se que a ausência de planejamento urbano perdurou até 1995, quando surgiu, tardiamente, o primeiro Plano Diretor do município.

4. Após a enchente: recuperação amparada na diversificação da base produtiva

Embora a década de 1980 tenha representado período de grave crise econômica para a economia brasileira, alguns setores industriais, pelo menos em Santa Catarina, continuaram crescendo e lograram se destacar no comportamento do PIB. Trata-se dos setores têxtil e do vestuário, alimentar, de material elétrico e de comunicação e metalmeccânico. Em Rio do Sul, sua contribuição foi especialmente significativa, como já vinha ocorrendo desde os anos 1970, pois as empresas relacionadas tomaram as rédeas da economia municipal e impuseram-lhe dinamismo.

A partir de 1970 há um considerável aumento no número de indústrias e estabelecimentos comerciais. Segundo dados obtidos na FIESC, foram criadas em Rio do Sul 75 novas indústrias [...]. [A]s empresas que mais se destacaram foram [as de] metalurgia [...] e artigos de vestuário (TOMASINI; HOERHANN, 2000, p. 169).

Empresas do setor madeireiro continuaram sendo criadas e mantidas em Rio do Sul na década de 1970, mas suas fontes de matéria prima passaram a figurar, de modo crescente, fora do território rio-sulense, nos locais mais distantes do Alto Vale do Itajaí. Entretanto, em 1985

⁷ Alterações de traçado, duplicação da pista ou outras ações não foram feitas pelo governo federal. Também é possível observar a carência de vias marginais à rodovia ao longo de seu percurso em Rio do Sul. Apenas em alguns locais, de maior adensamento industrial, é que tais vias se fazem presentes.

o governo federal proibiu a extração da mata nativa. Ato contínuo, a atividade madeireira de Rio do Sul começou a deixar a cidade ou se envolveu na fabricação de papel e papelão e também na de móveis.

Também em 1985, menos de dois anos após as enchentes – o que sugere rapidez na reconstrução da cidade –, Saul (2000, p. 112) destaca os seguintes aspectos do desenvolvimento social e econômico rio-sulense:

Segundo a revista *Dirigente Municipal* [em março de 1985], do grupo Visão, Rio do Sul ficou em 203º lugar entre os quinhentos municípios mais desenvolvidos do Brasil, levando em conta alguns critérios, como arrecadação federal e estadual, ligações elétricas e de esgoto e leitos hospitalares, entre outros.

As empresas criadas externamente ao setor madeireiro, várias das quais, contudo, surgidas em função deste, desempenharam importante papel na dinamização da economia local, gerando empregos, renda e receitas para a prefeitura. Essa capacidade permitiu que Rio do Sul retomasse o crescimento ainda naquela década, não obstante os danos causados pelas graves enchentes enfrentadas, o que se expressou no retorno às taxas de crescimento populacional registradas. Tendo o município perdido a sua atividade motriz, os outros setores podem ser designados “alternativos”, como vias de escape para o desenvolvimento socioeconômico municipal. Tais setores são abordados a seguir.

4.1 Metalmeccânica

Em termos de postos de trabalho, este é o setor mais importante a ser analisado na economia de Rio do Sul. Já em 1985, era o mais relevante, respondendo por 22% do emprego industrial – contra 20% do setor têxtil e do vestuário (RAIS/MTE, 1985), que era o segundo em importância. Em 2003, a metalmeccânica passara a representar 32% do emprego industrial, enquanto o setor têxtil e do vestuário, em segundo lugar, concentrava 26% dos postos de trabalho (RAIS/MTE, 2003). Assim, sugere-se cautela nas afirmações de que Rio do Sul é predominantemente têxtil, por estar inserido no Vale do Itajaí. Os dados indicam que o complexo eletrometalmeccânico (o setor de material elétrico será tratado separadamente) vem tomando o seu lugar.

Ocorreu no setor metalmeccânico rio-sulense uma mudança de foco de mercado por parte das empresas. Estas deixaram de atender o setor madeireiro e se voltaram para outros setores, como o automobilístico. Emergiu, assim, a necessidade de adaptar a produção e os próprios parques fabris. Os anos após a enchente e a década de 1990 representaram, portanto, período

de investimentos nos parques fabris dessas empresas. Ademais, ganhou magnitude a preocupação das empresas com o padrão de qualidade e a competitividade, principalmente entre as que pretendiam se lançar no mercado internacional. Esforços condizentes foram testemunhados.

A primeira empresa de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí a ser distinguida com o certificado ISO 9002, foi a Metalúrgica Ciclo, que responde por 70% dos pedais e descansos para bicicletas utilizados no Brasil (A NOTÍCIA, 1993, apud TOMASINI; HOERHANN, 2000, p. 170).

A Metalciclo constitui uma importante empresa metalmeccânica rio-sulense, apresentando-se como a maior produtora de selins e pedais do Brasil e da América Latina. Nos anos 2000, essa empresa protagonizou uma importante parceria com a Selle Royal, da Itália, líder mundial na fabricação de selins.

Outra importante empresa desse complexo em Rio do Sul, senão a mais importante, é a Metalúrgica Riosulense. Fundada em 1946, a empresa também teve que se adaptar à nova realidade imposta nas décadas de 1980 e 1990. Isto é, a atividade madeireira era a sua fonte de lucro no início das operações, mas a sobrevivência exigiu tanto diversificação como mudança do foco da produção, passando-se a atender o mercado de autopeças, que cresceu vertiginosamente a reboque das políticas executadas em nível federal desde a década de 1950. As informações históricas disponibilizadas pela empresa são esclarecedoras:

1946: constituição da empresa, iniciando as atividades como uma oficina mecânica, prestadora de serviços às indústrias madeireira e de fécula de mandioca; 1980: a produção de autopeças torna-se a principal atividade da empresa; 1985: início do processo de desenvolvimento tecnológico; 1988: iniciam as obras de construção do novo parque fabril [...]; 1992: conquista do Prêmio da Confederação Nacional da Indústria, de incentivo à Produtividade e Qualidade; 1999: certificação da Norma ISO 9002 (METALÚRGICA RIOSULENSE, 2013, S.p.).

Outra empresa de destaque é a H-Bremer, que consiste numa das maiores fabricantes de setor de caldeiraria do Sul do Brasil. Sua trajetória representa outra ilustração dos movimentos experimentados no setor metalmeccânico. “Em 1979, Horst Bremer e seu pai foram à Alemanha e, devido a contatos mantidos naquele país, abriu-se nova perspectiva para a indústria, que resolveu investir em tecnologia alemã” (BREMER, 2013, S.p.). Em 1997 era noticiada a inauguração de um novo parque fabril:

Figurando entre as maiores fabricantes de caldeiras, máquinas e equipamentos industriais do Sul do País, a H. Bremer inaugurou no último dia 5 a sua nova unidade fabril, em Rio do Sul, com 11 mil metros quadrados de área construída, numa localização privilegiada às margens da BR-470 (A NOTÍCIA, 15/04/1997, apud TOMASINI; HOERHANN, 2000, p. 170).

Pode ser ainda citado o caso da Vedamotors, fabricante de juntas e sistemas de vedação para motores, com ênfase nas linhas de motocicleta e náutica. Fundada em 1991, atendendo apenas lojas de motopeças, fez-se presente em feira internacional de seu setor em 1995, o que viria a culminar na parceria com uma grande empresa italiana em 1998. A Vedamotors tornou-se, assim, responsável pela fabricação e distribuição de peças, em toda a América Latina, do Grupo Athena, que é o maior fabricante mundial de juntas para motores de motocicletas. Tal empresa alcançou o primeiro certificado de qualidade só nos anos 2000, mas inseriu-se no movimento percebido no setor na década de 1990.

O peso das grandes estruturas na indústria eletro-metal-mecânica catarinense há de ter aumentado com os novos investimentos realizados [...]. No final da década de 1990, noticiava-se, por exemplo, a compra de ativos no Alto Vale do Itajaí por investidores italianos [...] [que adquiriram] metade do controle da Vedamotors de Rio do Sul (LINS; MATTEI, 2000, p. 136).

Cabe ressaltar que a apresentação de todos esses exemplos tem a finalidade de sugerir a forma como o setor metalmecânico se comportou durante as décadas de 1980 e 1990. Diante dos desafios impostos pela crise que atingia o mercado interno, as empresas encontraram nas exportações uma importante rota de fuga, ou um canal de ações estratégicas. Todavia, tal decisão implicou na realização de um verdadeiro *catch-up* produtivo, no intuito de equiparar o parque industrial instalado, bem como o processo produtivo protagonizado, ao observado no exterior.

Assim, as décadas de 1980 e 1990 representaram período em que as empresas do setor metalmecânico realizaram grandes mudanças, de modo a poder garantir a própria sobrevivência. Isso ocorreu na década de 1980, haja vista a contração do mercado interno, e na década de 1990, em função da abertura comercial do país.

As empresas desse setor em Rio do Sul parecem ter encontrado boas saídas em meio à reestruturação. Em 1985 eram responsáveis por 22,5% do emprego industrial, e em 2003 passaram a representar 35,0%, segundo dados da RAIS/MTE. A evolução no número de empregos, dado o processo de reestruturação concretizado, mostra crescimento na produção e no porte dessas empresas.

4.2 Alimentos

O setor de alimentos é largamente representado por uma empresa de grande porte: o Frigorífico Rio-sulense, ou Pamplona Alimentos. Com matriz em Rio do Sul e unidades de

processamento de carnes nesse município e também em Presidente Getúlio (igualmente localizado no Alto Vale), a empresa emprega mais de 1.600 funcionários atualmente.

Fundada em 1948, e instalada às margens da BR 470 desde 1969, o Pamplona atua conforme a lógica – no tocante a alguns dos movimentos protagonizados – apresentada pelo setor agroalimentar como um todo no estado, onde se concentram, assinala-se, as principais empresas do país: BR Foods, Seara, Aurora, entre outras. Sua produção abrange carne suína e bovina, mas é o primeiro tipo o carro chefe do Pamplona, principalmente no mercado externo.

Campos (1987, apud GOULARTI FILHO 2002, p. 311) considera ter sido a década de 1970 um período de forte crescimento das grandes empresas deste setor, como verificado com a Sadia e a Perdigão.

Na década de 70, assistimos, por um lado, o crescimento vertiginoso dos grandes conglomerados econômicos como os grupos Sadia e Perdigão, e em menor escala o grupo SAICC (Chapecó), bem como uma forte expansão da Coopercentral. É a fase de diversificação de atividades, como a avicultura, o processamento de soja, milho, fabrico de ração, etc.

O Pamplona, ainda que não fosse uma empresa de grande porte, opera em conformidade com as condutas dos grandes *players*. Decidir por assim proceder certamente pôs em risco as atividades da empresa, tendo em vista a sua localização fora da “rota” tradicional da produção agroindustrial no estado – o grande Oeste e alguns locais do Sul catarinense. Dessa maneira, a empresa necessitava crescer e aumentar o seu poderio financeiro, para se manter aparelhada no confronto com os concorrentes.

[Foi] Com o ideal de crescer e inovar, que no ano de 1969, transferiu-se para a cidade de Rio do Sul/SC, com modernas e novas instalações para a época, passando então a utilizar nova denominação social: Frigorífico Riosulense Ltda. Alguns anos mais tarde, adequados a novas exigências e atualização do ramo, fez-se necessário o ingresso no SIF (Serviço de Inspeção Federal). Este procedimento resultou na abertura de novos mercados e o desenvolvimento de novos produtos (PAMPLONA ALIMENTOS, 2013, S.p.).

Na década de 1980, almejando penetrar em mercados no exterior, a empresa passou a operar também no município vizinho de Presidente Getúlio. Desse modo, logrou aumentar a capacidade produtiva, sinalizando que, apesar da origem modesta, não se intimidava perante o forte processo de concentração no setor que caracterizava o estado, sobretudo na região Oeste.

Com o mercado brasileiro em crescimento e as portas das exportações se abrindo para o nosso estado, houve a necessidade de ampliar a capacidade produtiva. Em função disto foi adquirido em 1989 um outro frigorífico, que está localizado na cidade de Presidente Getúlio/SC. Esta aquisição permitiu que a capacidade de produção e armazenagem da empresa tivesse um aumento significativo (PAMPLONA ALIMENTOS, 2013, S.p.).

Tais decisões permitiram que a empresa sobrevivesse ao longo do processo que combinou crise, ajuste e reestruturação na economia brasileira, nas décadas de 1980 e 1990. No início desse período a empresa procurou se modernizar e atingir os padrões mínimos de qualidade necessários para manter-se no mercado. Ao final, quando a década de 1990 terminava, iniciou vendas para o mercado externo, alcançando também países vizinhos, asiáticos, africanos, no Oriente Médio e igualmente no Leste Europeu.

Segundo dados da RAIS/MTE, esse setor cresceu de 13% para 15% em termos de representatividade no emprego industrial no município de Rio do Sul, entre 1985 e 2003. Ainda que a variação de dois pontos percentuais possa parecer pequena, ela significou o incremento de 726 postos de trabalho.

4.3 Têxtil e vestuário

Em termos de emprego, o setor têxtil e do vestuário é o segundo mais importante para a economia rio-sulense, perdendo apenas para as atividades metalmeccânicas. Sua participação como empregador é sólida e com persistente crescimento, adentrando 1985 com 787 postos de trabalho e chegando em 2003 com efetivo engajado de 1.698. A trajetória desse setor em Rio do Sul não destoa, ao que tudo parece indicar, do movimento geral detectado em escala de Vale do Itajaí por Goularti Filho (2002, p. 282):

Se os anos 50 e 60, para a indústria têxtil no Vale do Itajaí, foram os da verticalização, os anos 70 podem ser considerados os da expansão (Nordeste, Paraná e São Paulo), os 80 da diversificação e ampliação para o mercado externo e os 90 da desverticalização e da retração.

Embora nos anos 1950, 1960 e 1970 o peso do segmento de vestuário na economia rio-sulense tenha se mostrado diminuto ou mesmo pouco perceptível, o quadro nas décadas de 1980 e 1990 apresentou contornos em conformidade com o movimento esboçado acima. Por exemplo, acompanhando a tendência de diversificação e ampliação das atividades com vistas ao mercado externo, a empresa Sulfabril – de Blumenau – ampliou a sua capacidade produtiva mediante a instalação de um novo parque produtivo em Rio do Sul, no início dos anos 1980. A unidade de confecção foi criada para atender a crescente demanda com que se deparava a empresa⁸.

⁸ Em 1989 a Sulfabril possuía unidades fabris em Blumenau (matriz), Joinville, Rio do Sul, Gaspar e Ascurra, assim como uma unidade no estado do Rio Grande do Norte.

Essa nova planta gerou empregos para centenas de pessoas, sobretudo mulheres, que obtinham ali boa parte – quando não a totalidade – das condições para o sustento da casa e da família. Não obstante, pode-se afirmar que a Sulfabril iniciou Rio do Sul na produção vestuarista. Matéria veiculada no Jornal de Santa Catarina (2011) referia nestes termos o desempenho da Sulfabril em 1994: “[...] faturamento chegou a US\$ 140 milhões, 5,6 mil funcionários e produção mensal de 5,1 milhões de camisas”.

Todavia, como notado por Goularti Filho (2002), a década de 1990 foi marcada não só pela desverticalização da produção, mas também pela retração das atividades desse setor. Com efeito, tão logo adentrou os anos 1990, e sobretudo na segunda metade dessa década, a Sulfabril percebeu-se diante de novos desafios, provocados pela abertura comercial brasileira, que impunham a modernização dos parques fabris têxteis e vestuaristas.

É fato que a indústria têxtil e vestuarista figurou entre as que mais sofreram com a abertura econômica brasileira. A modernização do processo produtivo significou marcado enxugamento do número de funcionários necessários à produção. De outro lado, os principais avanços em termos de modernização se restringiram, em termos gerais, às maiores empresas, pelas necessidades de capital para fazer frente aos desafios impostos.

Assim, muitas empresas, como a Sulfabril, não conseguiram atravessar sem grandes turbulências a abertura comercial. Tal empresa, que chegou a ser a segunda maior do ramo têxtil na América Latina, começou a enfrentar problemas sérios, com reflexos principalmente junto aos trabalhadores. Demissões consideráveis passaram a ocorrer e folhas salariais foram atrasadas, e em setembro de 1999 a empresa declarou falência, mesmo que continuasse a operar em razão de determinação judicial. Em Rio do Sul o funcionamento perdurou até 2002, quando as atividades foram encerradas, com mais de 100 funcionários engajados na fábrica.

As demissões pegaram os trabalhadores de surpresa. Uma ex-funcionária, que trabalhou durante seis anos nas instalações de Rio do Sul, retrata a delicada situação a que foram submetidas as ex-funcionárias da empresa, envolvidas nas atividades de confecção:

Na época eles [Sulfabril] ficaram me devendo R\$ 4.600,00. E foi triste, porque todo mundo que trabalhava lá dependia disso. Eu sou casada, meu marido ainda tinha salário, mas muitas mulheres tinham só aquilo para sobreviver. Então não foi nada fácil (RBA, 2012).

Mas, ao mesmo tempo em que se contraía, o setor também se desverticalizava. Isso oportunizou o crescimento de numerosas pequenas confecções na cidade e na região, criadas em fins da década de 1980 e início da década de 1990, as quais sobreviviam com muito esforço. É importante destacar que muitas das confecções e fábricas que surgiram a partir dos

anos 1980 possuíam como proprietários ex-funcionários da Sulfabril. Ademais, cabe sublinhar que a grande maioria – para não dizer a totalidade – estava ligada à produção de *jeans*. No intuito de proporcionar aumento na venda desses produtos, foram inaugurados no início dos anos 1990 dois centros de comercialização destinados às pequenas empresas de confecção do Alto Vale. A iniciativa foi dos próprios produtores.

O primeiro destes centros, o “Fabricenter”, começou a funcionar em 1993, “[...] com 14 lojas, pontos de venda direta de fábrica, atendendo no atacado e varejo” (FABRICENTER, 2013, S.p.). As vendas no varejo eram feitas, sobretudo, para a população local, enquanto as vendas no atacado implicavam toda a região sul do país.

O sucesso do Fabricenter em todos esses anos foi sempre pautado no trabalho de parceria. De um lado, com os agentes de viagens, responsáveis por trazer os lojistas/compradores das mais diversas regiões. E, de outro, os lojistas/vendedores que procuram, com a qualidade de seus produtos, fidelizar seus clientes (FABRICENTER, 2013, S.p.).

A iniciativa foi bem sucedida. Tanto assim que, no ano seguinte (em 1994), foi inaugurado o “Polo Têxtil”, centro comercial que reunia lojas das empresas confeccionistas da cidade de Rio do Sul e da região. O objetivo da criação era “[...] atender a demanda de ônibus de turismo de compras que passavam na BR 470, vindos do Oeste Catarinense, Rio Grande do Sul e outros estados” (POLOSHOPPING, 2013, S.p.).

Ambos os centros continuam em operação no momento em que este artigo está sendo elaborado. Cada um tem aproximadamente 50 lojas, e suas atividades revelam-se de grande importância para a comercialização dos produtos das pequenas confecções de Rio do Sul e do Alto Vale do Itajaí. Deve-se ainda observar que as empresas que mais cresceram, no universo da produção vestuarista local e regional, passaram a se estabelecer no entorno desses centros comerciais, às margens da BR 470, com instalações estruturadas conforme o conceito de “loja de fábrica”.

4.4 Material elétrico e de comunicação

Dentre os quatro setores analisados, o de material elétrico e de comunicação é o que apresenta o menor volume de emprego no município. Todavia, é setor que absorveu considerável parcela da mão de obra rio-sulense nas décadas de 1980 e 1990. Para se ter uma ideia, responsabilizava-se, em 1994, por pouco mais de 9% da totalidade do emprego em atividades de produção de material elétrico e de comunicação em Santa Catarina como um

todo. A Frahm, fabricante de caixas acústicas e amplificadas, também proprietária da marca Hinor, que produz alto falantes, é uma grande responsável por estes indicadores.

Fundada em 1961, essa empresa produzia naquela época os seus próprios rádios, os “Transisfracm”. Em 1969 começou a produção de caixas amplificadas. “Em 1978, a empresa fabricava anualmente 100 mil unidades [entre rádios e caixas amplificadas]” (DANTAS, 2011, S.p.). Na década de 1990, chegou a produzir, além de rádios, até *micro-systems* com leitores de CD. O crescimento deu-se justamente em época na qual cresceu vertiginosamente o consumo de bens duráveis no Brasil, com o rádio ganhando espaço nos lares brasileiros. Na década de 1990, porém, a reestruturação produtiva afetou fortemente a empresa. Diante da concorrência chinesa, que não representava qualidade superior, e sim preços que a Frahm não conseguia acompanhar, a empresa – que chegou a ser responsável por 15% do emprego industrial em Rio do Sul – entrou em processo de concordata.

Em 1995, diante das perdas com a política de Collor, a empresa entrou em processo de concordata. A saída foi reestruturar o negócio, passando a fabricar também alto-falantes e caixas acústicas e amplificadas, negócio que se tornaria a principal atividade da empresa nos anos seguintes, tanto que em 2000 a empresa conseguiu quitar a concordata (DANTAS, 2011, S.p.).

A reestruturação e, como assinalado na citação, a concentração em caixas acústicas e amplificadas, bem como em alto falantes, deram um novo impulso à empresa. Os números da produção em 2002 são sugestivos: “[...] a produção já alcançava [...] cerca de 135 mil caixas com a marca Frahm e 1,1 milhão de alto-falantes com a marca Hinor por ano, com um quadro de 300 funcionários” (DANTAS, 2011, S.p.).

A empresa pode ser considerada uma espécie de sobrevivente do vendaval liberalizante que se abateu sobre a indústria brasileira no começo da década de 1990. Sua recuperação evidencia a colocação em marcha de uma bem delineada estratégia.

Vale lembrar que a Frahm é uma das fabricantes nacionais remanescentes, pós-China. Mesmo sujeita a todas as configurações impostas pelo governo à indústria brasileira do setor, como falta de subsídios e incentivos para se manterem genuinamente brasileiras, ainda possui sua fabricação 100% nacional, importando apenas matéria-prima. A empresa transformou essa característica em um poderoso aliado competitivo e continua investindo em inovações fabris, máquinas e processos mais eficazes na produção (COUTINHO, 2013, S.p.).

Assim, ainda que a empresa tenha passado a importar a matéria prima, devido à reestruturação produtiva promovida na década de 1990, conseguiu manter no Brasil, especificamente em Rio do Sul, tanto a produção como o desenvolvimento e o design dos produtos. Entretanto, embora a reestruturação tenha significado para a Frahm um grande

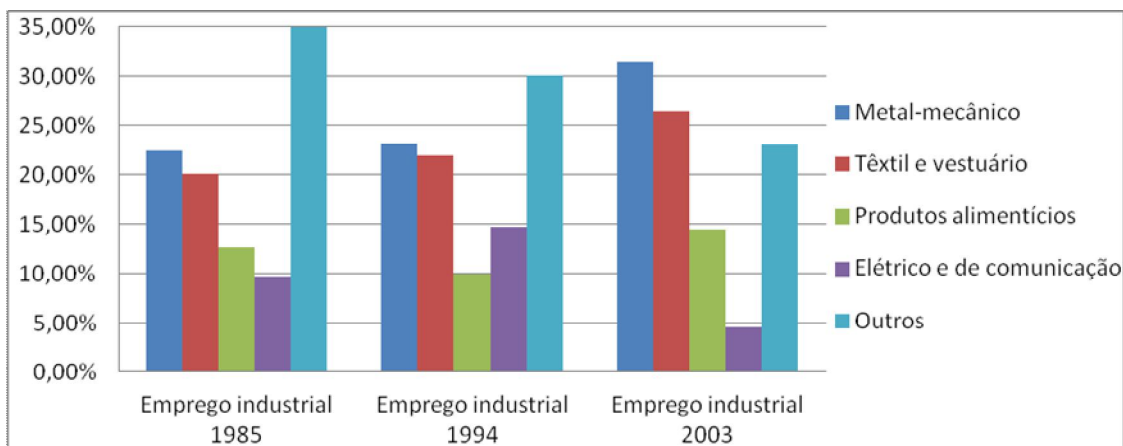
problema, que lhe conduziu inclusive a um processo de concordata, e empresa conseguiu reagir de forma adequada à sua sobrevivência, tornando a figurar como uma das principais do seu segmento no mercado nacional. Em contrapartida, a abertura comercial promovida pelo governo brasileiro nos anos 1990 significou o enxugamento da mão de obra no setor de comunicação nacional. Quer dizer, a reestruturação do setor de comunicação significou, para Rio do Sul, a perda de mais de 600 postos de trabalho. Esse setor passou a representar não mais do que 5% do emprego industrial local em 2003 – perda de quatro pontos percentuais em menos de dez anos.

Seja como for, o setor de comunicação – fortemente representado pela Frahm/Hinor – é de elevada importância na estrutura industrial do município e, por extensão, para a socioeconomia de Rio do Sul. Isso tem a ver, por exemplo, com o que tal setor significa como foco de diversificação da produção local e com a própria projeção da Frahm como importante empresa do seu segmento no Brasil. Essas características parecem justificar a postulação de que é necessário um olhar atento para as suas necessidades por parte dos responsáveis pela promoção do desenvolvimento local e regional.

* * *

No intuito de sistematizar informações importantes na abordagem efetuada no artigo, o gráfico da figura 2 reúne e procura sintetizar a evolução no emprego dos diferentes setores produtivos de Rio do Sul. Os setores identificados na figura são os que conferem maior dinamismo à economia local, figurando na base das suas perspectivas de desenvolvimento.

Figura 2 – Emprego industrial em Rio do Sul: participação percentual dos principais setores (1985-1994-2003)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE (1985; 1994; 2003).

Pode-se perceber, com base no gráfico, que a economia de Rio do Sul vem se especializando nos setores metalmeccânico, têxtil e do vestuário e alimentar, ao mesmo tempo em que cai a participação do setor elétrico e de comunicação e de outros setores. Ou seja, se em 1985 já era elevada a concentração exibida por aqueles três setores, em termos de emprego, quando ocupavam 55,2% do emprego industrial, em 2003 respondiam por não menos que 72,4% do total. Como o setor industrial responde pelo essencial da dinâmica econômica do município, exibindo cerca de 40% da totalidade do emprego formal no período estudado (conforme dados da RAIS/MTE), não há dúvida possível sobre o importante papel desempenhado por esses três setores na economia rio-sulense. Em termos absolutos, estes setores criaram – no período analisado – 2.480 novos postos formais de trabalho no município.

5. Considerações finais

Como se procurou sugerir no estudo, os processos experimentados por Rio do Sul ao longo das décadas de 1980 e 90 foram em grande parte causados e conduzidos por dinâmicas operando em esferas mais amplas, como a nacional e mesmo a internacional. Portanto, cabe primeiramente reiterar o entendimento de que as estruturas locais e regionais não se encontram descoladas desses planos mais gerais de determinação. Mais do que isso, o ritmo em nível municipal é em larga medida ditado nessas esferas.

Ademais, assinalou-se que todos os setores conseguiram superar os desafios impostos pelas mudanças na economia brasileira no período estudado, ainda que suas condições de sobrevivência não sejam iguais.

O setor metalmeccânico talvez seja o que apresente mais fôlego em face dos desafios futuros, impostos pelos imperativos da competitividade, haja vista, inclusive, os vínculos que o enredam. O setor têxtil e do vestuário ampliou suas bases na economia rio-sulense, encontrando no *jeans* o nicho de atuação que lhe permitiu continuar presente na cidade; a cooperação, sobretudo entre as pequenas confecções, mostra-se crucial para a continuidade dessas atividades em boas condições na região. O setor alimentar cresceu em termos de emprego e representa considerável parcela da economia rio-sulense, ainda que fortemente representado por uma única empresa. E o setor elétrico e de comunicação incorreu em enxugamento da mão de obra durante o processo de reestruturação, paralelamente à mudança de foco na produção, resultados de ações que certamente permitiram ao setor sobreviver, ou

renascer, dada a concordata que a principal empresa enfrentou em fins da década de 1990; esse setor local tem destaque na esfera nacional, merecendo, também por isso, precaução contra possíveis novas adversidades, à imagem do que ocorreu nos anos 1990.

Cabe igualmente reafirmar a importância crucial do setor madeireiro em termos históricos, representando criação de diversas demandas que oportunizaram o surgimento e a expansão do complexo eletrometalmecânico na área, ainda que, inicialmente, apenas na forma de oficinas. Ademais, a “era da madeira” resultou em concentração populacional, na área urbana de Rio do Sul, capaz de permitir o estabelecimento e a expansão dos setores metalmecânico, têxtil e do vestuário, alimentar e de material elétrico e de comunicação, que lograram contar com a mão de obra necessária. A saída para a crise econômica decorrente do declínio e do quase desaparecimento do setor madeireiro, em nível municipal, foi a diversificação da produção, que num primeiro momento incidiu fortemente nos quatro setores abordados.

No que diz respeito ao quadro de estagnação econômica, nos anos 1980, e de reestruturação produtiva, nos 1990, em escala brasileira, cada setor enfrentou desafios específicos, inerentes aos seus respectivos processos produtivos, mas envolvidos numa mesma grande problemática. O *catch-up* produtivo realizado pelos setores metalmecânico e alimentar apresenta semelhanças, como a busca pela otimização dos processos produtivos – envolvendo avanços no terreno das certificações internacionais e no aprimoramento da gestão da qualidade, entre outros aspectos – já na década de 1980. Isso auxiliou as empresas em face das pressões por reestruturação observadas no plano nacional, nos anos 1990, pois as primeiras já se encontravam em processo de adequação às novas condições.

Para os setores têxtil e vestuarista e de material elétrico e de comunicação, o contexto apresentava-se bem mais desafiador. Subitamente, as empresas foram expostas à concorrência asiática, especificamente implicando fabricantes de países que possuem, por exemplo, legislações trabalhistas extremamente frouxas, para não dizer inexistentes. Isso significa que o custo de mão de obra naqueles países é incrivelmente baixo, e, portanto, os produtos oriundos de meios industriais com esse tipo de perfil atravessam o mundo e chegam ao Brasil com preços em valores que, em não poucos casos, são inferiores aos do próprio custo de produção local. Em regra geral, os preços de venda praticados simplesmente não podiam ser acompanhados pelos produtores brasileiros, em numerosos segmentos.

Ainda assim, se o setor têxtil e de vestuário de Rio do Sul viu a sua principal empresa sucumbir, registrou, em contrapartida, notável contraponto no grupo das pequenas confecções criadas, as quais fizeram (e fazem) do Vale do Itajaí uma referência nacional nas

correspondentes atividades. Em Rio do Sul, o essencial desse processo implica confecções que se concentraram na produção de artigos de vestuário a base de *jeans*, a performance das quais estimulou a autoproclamação da cidade como “Capital Nacional do Jeans”. O setor de material elétrico e de comunicação também viu a sua principal empresa mergulhar em situação de crise, entrando em concordata. Todavia, conseguiu reerguer-se mesmo perante os numerosos desafios, voltando a ter destaque na economia, em que pese a considerável contração no número de postos de trabalho.

Pode-se considerar que Rio do Sul não deixou de obter êxito na travessia da reestruturação produtiva. Suas empresas encontram-se, nos anos 2000, cada vez mais próximas do mercado internacional, fato que sugere o quanto suas estruturas produtivas se adequaram, de alguma maneira e em algum grau, às exigências da concorrência externa. O estabelecimento de *joint-ventures* no setor metalmeccânico – Royalciclo, Brevil, Vedamotors/Athena –, de um lado, e o aumento nas exportações de carne suína, de outro, estariam a indicar, entre outros movimentos detectados, capacidade de soerguimento a partir de situações adversas e de enfrentamento dos desafios e ameaças incrustados em processos que parte da literatura costuma referir com o uso do termo “globalização”.

Referências

- CASTRO, A. B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, vol. 21, nº 3 (83), p. 3-26, jul.-set. 2001.
- COUTINHO, A. C. Frahm: empresa comemora 52 anos. **Música e Mercado**. 2013.
Disponível em: <<http://musicaemercado.com.br/pagina/3075/frahm-empresa-comemora-52-anos>>. Acesso em: 13.dez.2013.
- DANTAS, I. Mercado em festa: Frahm, do rádio ao LCD. **Música e Mercado**. 2011.
Disponível em: <<http://musicaemercado.com.br/pagina/1527/mercado-em-festa-frahm-do-radio-ao-lcd>>. Acesso em: 13.dez.2013.
- FABRICENTER. **Um pouco sobre o Fabricenter**: Centro Comercial Atacadista. 2013.
Disponível em: <<http://www.fabricenter.com.br/shopping/>>. Acesso em: 11.dez.2013.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí**: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987.
- IBGE. **Censo Demográfico**: diversos anos. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Rio do Sul. 1970-1980-1991-2000-2010.
- LINS, H. N. Transformações econômicas e reflexos espaciais no Brasil meridional. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C. F. (Orgs). **Regiões e cidades**,

idades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003, p. 499-517.

LINS, H. N., MATTEI, L. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, L., LINS, H. N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010, p. 109-158.

PAMPLONA ALIMENTOS. **Empresa: A Empresa: Nossa história**. 2010. Disponível em: <<http://www.pamplona.com.br/default.php?pg=conteudo&area=Nossa%20hist%F3ria>>. Acesso em: 17.out.2013.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

POLEZA, M. M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. Blumenau, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), FURB.

POLOSHOPPING. **Institucional**. S.D. Disponível em:

<<http://poloshopping.ind.br/?pg=institucional>>. Acesso em: 11.dez.2013.

PUCHALSKI, L. A chuva de julho de 1983. **ClicRBS**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/blogdopuchalski/2013/07/09/a-chuva-de-julho-de-1983/?topo=67,2,18...67>>. Acesso em: 30.nov.2013.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. 1985; 1994; 2003.

RBA, Rede Bela Aliança de Televisão. **História de falência da Sulfabril ganha um novo capítulo**. 2012. Disponível em: <<http://www.rbatv.com.br/noticia-rban/historia-de-falencia-da-sulfabril-ganha-um-novo-capitulo-3957>>. Acesso em: 13.dez.2013.

RIO DO OESTE, Prefeitura. **Barragens**. 2010. Disponível em: <www.riodoeste.sc.gov.br/>. Acesso em: 17.out.2013.

RIOSULENSE, Metalúrgica. **Apresentação: histórico**. 2013. Disponível em: <<http://www.riosulense.com.br/br/conheca-a-riosulense/apresentacao/>>. Acesso em: 13.dez.2013.

SAUL, M. V. A. Emancipação e evolução político-administrativa. In: KLUG, J., DIRKSEN, V. (Orgs.). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000, p. 47-119.

TOMASINI, D., HOERHANN, R. C. L. S. Atividades Econômicas. In: KLUG, J., DIRKSEN, V. (Orgs.). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000, p. 153-173.

SOUZA, N. A. de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANELLA, F. **A conquista de um sonho: UNIDAVI (1996 – 2006): consolidando novos caminhos**. Blumenau: Nova Letra, 2006.